

A construção do “campo científico” da arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais¹

Angelica Alves da Cunha Marques*

Prof^a Dr^a Georgete Medleg Rodrigues**

Resumo

Neste artigo busca-se mostrar algumas etapas da trajetória da Arquivística na sua constituição como disciplina científica no Brasil, com base em documentos de arquivo pertencentes ao Fundo Arquivo Nacional. Os dados são complementados com bibliografia e entrevistas com pessoas que participaram do processo de criação e implantação do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília e com a atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, analisados na perspectiva dos conceitos de campo científico e interdisciplinaridade. A criação do Curso Permanente de Arquivos, no Arquivo Nacional, e a sua transferência posteriormente para o âmbito da Universidade marcam a institucionalização acadêmico-científica da Arquivística no País. Essa primeira conquista do espaço acadêmico impulsionaria a criação de nove cursos ao longo do tempo. A atuação do Arquivo Nacional nessa trajetória reforçaria os laços da disciplina com a História, embora, hoje, se constate uma aproximação da Arquivística com a Ciência da Informação quanto aos seus vínculos acadêmico-institucionais, à sua formação docente e à sua produção científica.

Palavras-chave: Arquivística. Disciplina científica. Arquivo Nacional. Cursos de Arquivologia. Campo científico. Interdisciplinaridade.

¹ Versão atualizada de uma comunicação apresentada no VII Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Viña del Mar (Chile), de 21 a 24 de novembro de 2007.

* Doutoranda em Ciência da Informação – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Universidade de Brasília. angelicacunha@unb.br

** Doutora em História pela Université de Paris (Paris IV - Sorbonne). Professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Universidade de Brasília. medleg.georgete@gmail.com

Title: The Construction of the “Scientific Field” of Archival Studies in Brazil: initial debates and temporal landmarks

Abstract

In this article some of the stages in the trajectory of the constitution of Archival Studies as a scientific discipline in Brazil will be exhibited, based upon archive documents belonging to the National Archive archive group. The data is supplemented by a bibliography and interviews with persons who participated in the process of creating and implementing the course of archival science at the University of Brasilia and with the activities of the Association of Brazilian Archivists, analyzed according to the concepts of scientific field and interdisciplinarity. The creation of the Permanent Course of Archives in the National Archive, and its subsequent transference to the university highlight the academic and scientific institutionalization of Archival Studies in the country. This first conquest of academic space will give momentum to the creation of new courses at later dates. The activities of the National Archive in this trajectory will give new strength to the links between this discipline and that of History, whereas today one witnesses the approximation of archival studies with the Information science in its academic and institutional connections, its formation of professors and its scientific production.

Key words: Archival Science. Scientific discipline. National Archive. Courses of Archival Science. Scientific field. Interdisciplinarity.

Titulo: La construcción del campo científico de la Archivística em Brasil: debates iniciales y marcos temporales

Resumen

En este artículo se pretende, con base en documentos del fondo “Arquivo Nacional”, mostrar algunas etapas de la trayectoria de la Archivística en su desarrollo como disciplina científica en Brasil. Los datos se complementan con entrevistas a personas que han participado del proceso de creación e implantación de la carrera de Archivística en la Universidad de Brasilia bien como con personas que han actuado en la Asociación de Archiveros Brasileños. Dichos datos se analizaron bajo la perspectiva de los conceptos del campo científico e de la interdisciplinaridad. La creación del “Curso Permanente de Arquivos” en el Archivo Nacional

de Brasil y su posterior traslado al ámbito universitario marcan la institucionalización académico-científica de la Archivística en Brasil. Esa primera conquista del espacio académico impelería, a largo tiempo, la creación de nueve cursos universitarios de Archivística. La actuación del Archivo Nacional de Brasil reforzaría los vínculos de la Archivística con la Historia, mientras que hoy se verifica el acercamiento de aquella con la Ciencia de la Información en cuanto a los vínculos académico-institucionales, la formación docente y la producción científica.

Palabras clave: Archivística. Disciplina científica. Archivo Nacional de Brasil. Cursos universitarios de Archivística. Campo científico. Interdisciplinaridad.

1 Introdução

Qual é a trajetória da formação da Arquivística como disciplina científica no Brasil? Como ela se configura no campo científico? Quais são as suas relações com outras disciplinas nesse processo? À luz dessas questões, a dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília em 2007, buscou, dentre outros aspectos, no estudo histórico da criação dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil, a compreensão dos espaços e dos diálogos da formação e configuração dessa disciplina (MARQUES, 2007). Nessa perspectiva, o referencial teórico da pesquisa apoiou-se, principalmente, no conceito de *campo científico*, proposto por Bourdieu (1983). Segundo ele:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p. 122-123).

Além desse conceito, trabalhamos também com os conceitos de interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade² a fim de compreender os diálogos da Arquivística com outras disciplinas. É importante ressaltar que não há um consenso entre os autores que estudam esses conceitos. Dentre esses autores, optamos por Japiassu (1976) pela sua forma sintética na apresentação desses conceitos. Ele propõe o

² Considerando-se o espaço limitado deste artigo, não apresentaremos os conceitos individualmente. Estes se encontram em Marques (2007).

entendimento da proposta interdisciplinar sob dois níveis: 1) o nível da *démarche pluridisciplinar*, relativo ao estudo de um objeto sob seus diferentes ângulos, mas sem ter havido, necessariamente, um acordo prévio quanto aos conceitos ou aos seus métodos; e 2) o nível da *pesquisa interdisciplinar* propriamente dita, que sugere uma integração das disciplinas segundo seus conceitos (*contatos interdisciplinares*) e seus métodos – *pesquisa interdisciplinar propriamente dita* (JAPIASSU, 1976, p. 120-121).

No primeiro nível podemos visualizar, por exemplo, as relações da Arquivística com a História (tradicionais), a Biblioteconomia (institucionais, afinidade com o objeto e metodologias), a Informática (tecnologias de informação), a Administração (gestão), o Direito (prova documental) e a Ciência da Informação (vínculos acadêmico-institucionais, formação docente e produção científica)³. Em termos gerais, essas relações podem ser concebidas em níveis pluri, multi e transdisciplinares, uma vez que podem existir interações recíprocas entre a Arquivística e cada uma delas, sem, necessariamente, criar uma “axiomática nova e comum”, que é a condição apontada por alguns autores para a existência da interdisciplinaridade. Assim, é importante salientar que as colaborações entre a Arquivística e cada uma dessas disciplinas variam, conforme a natureza e os graus das relações estabelecidas, e que nem todos os casos de intercâmbio podem ser considerados como interdisciplinares.

A fim de compreender os debates iniciais e alguns marcos temporais para o desenvolvimento da disciplina no País, são apresentados neste artigo os resultados da pesquisa referentes ao mapeamento de documentos de arquivo, realizado no Fundo Arquivo Nacional (AN), na cidade do Rio de Janeiro, em abril de 2006 e complementado com pesquisa bibliográfica. Esse mapeamento focaliza os documentos da década de 1970, período decisivo para o desenvolvimento da Arquivística no Brasil, como veremos adiante. A pesquisa documental e bibliográfica foram complementadas com entrevistas com pessoas que participaram do processo de criação e implantação do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) e com a atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), a partir de um roteiro semi-estruturado de perguntas. O papel desses atores nos permitiu compor um quadro bastante interessante do percurso da Arquivística no Brasil.

³ O CNPq, desde 1984, reconhece a Arquivologia como uma das subáreas da área *Ciência da Informação* no Brasil (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984) e, mais recentemente, propôs uma classificação que diferencia, nitidamente, a Arquivística da Ciência da Informação. Essa proposta ainda não foi aprovada. Conforme informações disponíveis em: < <http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>>. Acesso em 20 mar/2008.

2 Debates iniciais para a concepção de um curso para a formação de arquivistas

Embora o recorte temporal da pesquisa tenha se limitado ao período compreendido entre a década de 1960 e 2006, julgamos essencial iniciar nosso estudo sobre a formação da Arquivística como disciplina no Brasil, a partir do início do século XX.

Os dados pesquisados revelam que já em 1911 havia uma preocupação, por parte do Arquivo Nacional (AN), quanto à formação especializada dos seus funcionários, tendo em vista o tratamento adequado dos documentos por ele custodiados. Naquele ano é instituído, por meio do Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro, o Curso de Diplomática, com o fim de “proporcionar cultura prática e theorica [sic], aos que se destinarem às funções especiaes [sic] dos cargos desse estabelecimento”⁴.

Em 1923, a Biblioteca Nacional (BN) e o Museu Histórico Nacional (MHN) abrem inscrições para o *Curso Técnico*, criado pelo Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, comum a essas duas instituições e ao AN⁵. Assim, esse curso, a exemplo dos cursos técnicos dos arquivos europeus da época, exigia dos candidatos uma preparação para trabalhar, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos. “O ensino das matérias era dividido entre aqueles estabelecimentos a que era comum, cabendo ao Arquivo Nacional o de historia politica e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomatica”⁶.

O Projeto 141 de 1926⁷, instituindo no quadro funcional do AN, o cargo de amanuense, em substituição ao de auxiliar, estabelece que esse curso deveria habilitar os candidatos ao novo cargo. Apesar de regulamentado⁸, por razões diversas, ele não chega a funcionar⁹. Segundo Bottino (1994, p. 13), em 1930, diante de um projeto de criação da Universidade do Rio de Janeiro, o então diretor do AN “pleiteia a inclusão do curso de arquivo ao novo sistema de organização do ensino superior, ou seja, à Universidade”.

⁴ Conforme o documento *Instruções para o curso de Diplomática no Archivo Nacional*, s/d, e outros documentos relacionados a esse curso: Minuta n. 245, de 6 de outubro de 1912, do *Archivo Publico Nacional*; Minuta n. 276, de 9 de dezembro de 1913, do *Archivo Nacional*; documento n. 82, de 14 de janeiro de 1914, do Ministério da Justiça e Negocios Interiores; e Minuta n. 198, de 29 de agosto de 1919, do *Archivo Nacional*.

⁵ Referenciado na Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926, do *Archivo Nacional*.

⁶ Segundo Minuta n. 222, de 22 de março de 1932, do *Archivo Nacional*, remetida pelo Diretor dessa instituição ao Ministro da Justiça e Negocios Interiores da época.

⁷ Conforme Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926, do *Archivo Nacional*.

⁸ Conforme Decreto (s. n.), de março de 1932, que “Modifica, no Arquivo Nacional, o curso técnico destinado a habilitar os candidatos ao cargo de amanuense e dá outras providencias”.

⁹ Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926; Minuta n. 222, de 22 de março de 1932, do *Archivo Nacional* e documento (s/d.), manuscrito ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Nilza Teixeira lembra, na sua entrevista¹⁰, que, nessa época, “não havia especialistas em arquivo. Em Biblioteconomia havia muita gente já se especializando, se destacando. Inclusive o Curso da Biblioteca Nacional progrediu e o Arquivo Nacional ficou bastante parado, muito tempo sem apresentar resultados”.

Nos anos seguintes, assiste-se a uma série de iniciativas no sentido de regulamentar um curso que habilitasse os funcionários do AN para o cargo de amanuense. É interessante ressaltar que uma minuta do AN, de 1934, já concebe uma disciplina específica, com objeto e métodos próprios, para tratar dos arquivos, embora ainda com ênfase técnica, como podemos constatar na citação abaixo:

a necessidade de uma disciplina de conjunto sobre Arquivos, na qual se estude a historia dos Arquivos, os métodos de sua organização, os problemas de classificação dos documentos, os cuidados para a boa [sic] conservação destes, a arte de restaurá-los, de estrata-los [sic], enfim o modo de considera-los como parte de um todo orgânico, que é o Arquivo. Essa disciplina é a Arquivística, matéria que não pode deixar de figurar num Curso Técnico destinado à formação teórica-prática de funcionários de Arquivo¹¹.

Mas a necessidade de habilitação dos amanuenses continuava ainda sem solução prática¹². Então, para se formarem, restava, aos funcionários do AN, aproveitarem os cursos eventualmente promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT-SP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹³.

Aparentemente, é no final da década de 1950, que identificamos a primeira iniciativa no sentido de buscar auxílio internacional para atender às demandas de formação. Assim, o Diretor do AN solicita a colaboração de um arquivista francês.

O professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de preparação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o Professor Arquivista francês de junho a novembro. O envio de pessoal brasileiro para cursar o Stage International seria feito posteriormente e como aperfeiçoamento¹⁴.

¹⁰ Bibliotecária que contribuiu de forma relevante para a criação e manutenção do Núcleo da AAB de Brasília. Entrevista concedida no dia 13 de dezembro de 2005.

¹¹ Exposição de Motivos (s/d.), que aparentemente acompanhava a Minuta n. 222, de 22 de março de 1932.

¹² De acordo com Minuta n. 498, de 25 de junho de 1934, do Arquivo Nacional.

¹³ Como, por exemplo, o *Curso Avulso de Preparação de Pessoal para Organizações de Serviços*, promovido pelo DASP, conforme Circular 1943/2, de 20 de julho de 1943, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao AN, bem como os *Cursos de Administração de Documentos e Arquivologia*, promovidos pela FGV, segundo DE 433, de 10 de fevereiro de 1947, daquela instituição ao AN.

¹⁴ Carta de José Honório Rodrigues, então Diretor do AN, a Gabrielle Mineur, adido cultural da Embaixada da França [1958?].

Efetivamente, os documentos pesquisados revelam a presença do Professor francês, Henri Boullier de Branche, no 2º Curso de Arquivos oferecido pelo AN e destinado a “aperfeiçoar arquivistas”, cuja participação no referido Curso teve o apoio da Embaixada francesa. Dentre as disciplinas ofertadas, estavam: Classificação de Arquivos, Organização e Administração de Arquivos, História Administrativa do Brasil, Paleografia e Diplomática, Pesquisa Histórica e Noções de Historiografia¹⁵. Podemos constatar que esse conjunto de disciplinas já apontava para um futuro currículo acadêmico.

Durante sua estadia no Brasil, Boullier de Branche prepara um *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil* – primeira edição de 1960 e segunda de 1975¹⁶ – no qual examina os principais problemas dessa instituição. Nesse relatório, ele aponta aspectos positivos dos funcionários do AN e um otimismo quanto a sua evolução profissional, mas também observa a existência de uma grande lacuna na sua formação.

[...] Apesar da formação especializada que vem sendo ministrada ao pessoal, há um ano, falta-lhe também, na maioria das vezes, uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho do arquivista: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia (BRANCHE, 1975, p. 5).

Indo ao encontro das indicações do então diretor do AN, citadas anteriormente, as sugestões de disciplinas do representante francês parecem esboçar uma proposta de currículo para uma futura disciplina acadêmica.

3 Marcos temporais para a conquista de espaço na Universidade

O Curso Permanente de Arquivos (CPA), instalado em 1960, no Arquivo Nacional, seria o coroamento das iniciativas anteriores¹⁷. E mais: a experiência bem sucedida do CPA parece ter criado as condições necessárias para se levar adiante o projeto de um curso Superior como podemos depreender do seguinte trecho:

Já dispondo de um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo MEC e funcionando regularmente desde 1960 no Arquivo Nacional, com grande procura de candidatos oriundos dos mais diversos setores sociais do País, a formação de pessoal especializado em Arquivologia, capaz de aplicar as modernas técnicas aos arquivos brasileiros, chegou ao primeiro semestre deste ano com as condições básicas julgadas essenciais à execução do projeto de

¹⁵ Documento identificado como *Notícia p/ jornal* [1959?].

¹⁶ Tivemos acesso somente à segunda edição desse relatório (BRANCHE, 1975).

¹⁷ Nilza Teixeira, na entrevista, afirmou ter participado do CPA e, em seguida, ter feito um estágio de três meses no Arquivo Nacional da França.

criação de uma Escola Superior, segundo parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação (ARQUIVO NACIONAL, 1974a, p. 13).

Nos anos de 1970, já com os militares no poder, tínhamos um Estado centralizador, mas preocupado com políticas de planejamento, na qual se incluíam os arquivos. Dreifuss¹⁸ (1986 apud CARVALHÊDO, 2003) aponta que “Na localização, acesso e uso dos arquivos havia problemas políticos”. No entanto, “a década de 1970 pode ser considerada um divisor de águas na área”, quando são “criadas instituições, lançados periódicos especializados e realizados eventos importantes para o fortalecimento da instituição arquivo público no Brasil” (CARVALHÊDO, 2003).

Por outro lado, ainda nessa década, o Curso de Diplomática do AN, criado em 1911, não tinha sido oficializado (ARQUIVO NACIONAL, 1970a, p. 6). Permanecia, portanto, uma notável inquietação quanto à necessária formação em Arquivística no Brasil, que somente se concretizara no CPA, o qual ainda funcionava no espaço do AN, ou seja, fora do espaço universitário. Como assinala Raul Lima,

O ensino da Arquivística e da Arquivologia deverá passar por uma sensível transformação. De imediato vamos procurar obter o reconhecimento dêste próprio Curso de modo a podermos conceder diplomas suscetíveis de registro no Ministério da Educação e Cultura e não apenas certificados de frequência e conclusão (LIMA apud ARQUIVO NACIONAL, 1970b, p. 19)¹⁹.

Raul Lima ainda menciona a existência de um projeto de Decreto, em tramitação no Ministério da Justiça, que previa, na nova estrutura do AN, a *Escola de Arquivística e Pesquisa Histórica*, além de uma recomendação constante do Compromisso de Brasília²⁰, quanto à “formação de arquivologistas [sic], em nível superior, sob a orientação deste órgão”(ARQUIVO NACIONAL, 1970b, p. 19-20). Convém destacar que o interesse à época era de criar e manter um curso superior em Arquivística na órbita do AN. Talvez possamos

¹⁸ DREIFUSS, René Armand. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁹ Palavras de Raul Lima, Diretor do Arquivo Nacional, na aula inaugural do CPA, no dia 6 de abril de 1970, para as quatro turmas matriculadas naquele ano (ARQUIVO NACIONAL, 1970c, p. 19).

²⁰ Segundo Caldeira, o Compromisso de Brasília é o documento resultante do "Primeiro Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais", representando um dos esforços empreendidos para a conservação preventiva dos bens culturais, em abril de 1970. “Esse documento enfatiza que o acervo arquivístico e o acervo bibliográfico merecem cuidados especiais segundo as suas peculiaridades e conforme as regulamentações técnicas dos órgãos federais especializados na utilização e na proteção e desse patrimônio. Nesse sentido, destaca-se, entre as conclusões desse Encontro a orientação dada quanto à criação de cursos superiores – segundo orientações do Departamento Histórico Artístico Nacional (DPHAN) e do Arquivo Nacional – para a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos” (CALDEIRA, 2006).

ver nisso ainda uma forte influência do modelo europeu. Essa questão será mais bem esclarecida na tese de doutorado em andamento.

Ratificando o interesse nacional pelos arquivos, em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. Cumprindo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), quanto à definição de um currículo mínimo para esses cursos, a AAB encaminha, ao CFE, um projeto de currículo (BOTTINO, 1994, p. 14).

No ano seguinte, em 28 de setembro de 1973, é firmado um acordo regulando o mandato universitário, concedido pelo Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao CPA (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 3-5). No início de 1974, é firmado um convênio entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o AN, para cooperação conjunta das duas entidades em matéria arquivística e de pesquisa histórica, com a divulgação, por ambas, dos resultados obtidos nesses campos (ARQUIVO NACIONAL, 1974b, p. 4-5).

No entanto, em termos práticos, a Arquivística ainda não era reconhecida como habilitação para o 2º grau, tampouco como habilitação para o ensino superior (ARQUIVO NACIONAL, 1974c, p. 56-57). Mas continuava a mobilização quanto ao funcionamento de uma escola superior de arquivo, como pode ser observado no texto *Pessoal especializado em arquivos terá passo decisivo com funcionamento de Escola Superior* (ARQUIVO NACIONAL, 1974a, p. 13-14). Nessa perspectiva, Esposel lembra que o CPA era a primeira e única manifestação regular do ensino arquivístico no Brasil (1994, p. 61)²¹.

É importante salientar que, nessa época, em Brasília, Astréa de Moraes e Castro esteve à frente de um projeto de implantação do Curso de Arquivologia na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), que não teve êxito (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974, p. 8-9)²². Além dessa iniciativa, existiu outra no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), a qual, segundo Castro, foi recusada. Também, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tentou-se implantar, sem êxito, o Curso de Arquivologia na sua Escola de Biblioteconomia (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975).

Diante dessa situação, o professor Henri Boullier de Branche alertava sobre a importância da formação regular de pessoal qualificado para o futuro dos arquivos brasileiros: “Só deste modo poderá o Brasil recrutar os arquivistas qualificados que lhe serão cada vez mais indispensáveis” (BRANCHE, 1975, p. 10). As demandas por uma formação específica

²¹ Conforme discurso de paraninfo da turma de 1973 do CPA, no dia 26 de abril de 1974.

²² E conforme a entrevista que nos foi concedida em dezembro de 2005.

também foram explicitadas pela então presidente da AAB, Professora Helena Correia Machado, embora esta última enfatizasse as demandas do mundo do trabalho (MACHADO, apud ABRANTES, 1976, p. 24).

Respondendo a essas demandas e aos esforços do AN, a resolução n. 23, de 13 de maio de 1974, do CFE, fixa o currículo mínimo e a duração para um curso de arquivo em nível superior, permitindo a adoção de novo currículo para o CPA (ARQUIVO NACIONAL, 1975). Foi firmado um convênio entre o AN e a UFRJ, a partir do qual poderia ser conferido um certificado de curso superior a quem tivesse concluído o CPA até 23 de setembro de 1973 (ARQUIVO NACIONAL, 1976a). Pela primeira vez é, então, ratificado ao CPA o *status* de curso superior. Assim, é formada uma comissão composta por representantes do AN, do Ministério da Justiça, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (FEFIEG), “visando a transferir o CPA para o âmbito do MEC, como unidade filiada à FEFIEG” (ARQUIVO NACIONAL, 1976b, p. 55).

Em seguida, por meio da Portaria n. 5, de 15 de março de 1976, o AN aprova o quadro de professores do seu Curso Permanente e dos seus Cursos Avulsos (ARQUIVO NACIONAL, 1976c, p. 27). Depois de tanto tempo e de tantos esforços, portanto, como nos lembra Abrantes, a Arquivística conquista, pelo menos no âmbito legal, seu espaço na Universidade. Sintetizando esse percurso, ele ainda destaca que, após um longo período de “estagnação” e superando obstáculos de várias ordens, o CPA é oficializado, visando a ser transformado em “Escola de Arquivologia, integrada à estrutura universitária” (ABRANTES, 1976, p. 18-19).

É importante ressaltar ainda que, em 1975, havia um anteprojeto da Escola de Biblioteconomia e Documentação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), com a finalidade de desenvolver estudos para a criação do Centro de Ciências da Informação (MACHADO, 1975, p. 27). Entretanto, a documentação, até o momento, não indicou a concretização desse projeto. Cabe ressaltar que essa iniciativa alinhava-se com as tendências internacionais da época. Desde 1974, esboçava-se um movimento para a harmonização das formações em Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999). Naquela mesma década, acontecem inúmeros eventos tendo como preocupação central a harmonização dos programas dessas disciplinas (MENDES, 1992).

Essas preocupações quanto à formação de arquivistas no Brasil iam ao encontro das reflexões mundiais da época. Internacionalmente, também havia uma inquietação em relação

à formação de profissionais especializados nos serviços de arquivo. Dentre as várias sugestões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) quanto ao Projeto de Programa e de Orçamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aquela relacionada à formação de auxiliares de arquivo preconizava que “Programas-padrões de cursos de formação intensiva de auxiliares de arquivos deveriam ser elaborados com urgência, a fim de facilitar a organização dos mesmos nos Estados-membros” (ARQUIVO NACIONAL, 1974d, p. 7-8). É importante lembrar ainda que, em outubro de 1979, acontece a “I Semana Internacional de Arquivo”, promovida pela UNESCO e pelo CIA, em parceria com o AN e a AAB – Núcleo Brasília (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979a).

No entanto, até 1976, a transferência do CPA para a estrutura universitária não se concretizara, apesar do empenho dos interessados:

Lamentavelmente as últimas informações recebidas através das Secretarias-Gerais dos Ministérios da Justiça e da Educação e Cultura esclarecem que o processo, em fase final de tramitação, carece de estudos mais demorados que possibilitem avaliar sua viabilidade (ARQUIVO NACIONAL, 1977a, p. 74-75).

Somente em março de 1977 o CPA é transferido para a FEFIERJ (atual UNIRIO), com a denominação de *Curso de Arquivologia*, de acordo com o Decreto n. 79.329, de 02 de março de 1977²³ e termo de convênio assinado pelo diretor do AN, pelo presidente da FEFIERJ e pelos decanos do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, dessa Universidade (ARQUIVO NACIONAL, 1977c, p. 29-31). A integração do CPA ao Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ, com a nomeação de professores, pelo seu presidente, dá-se pela Portaria n. 141, de 31 de março de 1977 (ARQUIVO NACIONAL, 1977c, p. 37-38). Com essa transferência, o CPA, que funcionava no AN desde 1960 e já reconhecido como curso superior²⁴, passa, oficialmente, a funcionar no espaço universitário, ainda no mesmo ano, ou seja, em 1977.

²³ Conforme telex do Ministro de Estado da Justiça ao Diretor Geral do Arquivo Nacional agradecendo a cooperação no processo de transferência do curso de Arquivologia para a FEFIERJ (ARQUIVO NACIONAL, 1977b, p. 33).

²⁴ Quanto ao reconhecimento do Curso de Arquivologia da FEFIERJ, o Parecer n. 46/79 do CFE, de 25 de janeiro de 1979 dizia que “Os cursos criados em estabelecimentos do governo e que deram início a suas atividades em época anterior àquela em que se passou a exigir a formalidade de oficialização, [sic] não estão a ela sujeitos. Insere-se neste caso o Curso de Arquivologia da FEFIERJ que fica portanto, [sic] isento do ato formal de reconhecimento” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979b, p. 21).

4 Considerações finais: a configuração da Arquivística no Brasil a partir do CPA

A transferência do CPA para a universidade é um dos marcos decisivos na trajetória da Arquivística no Brasil, representando a sua conquista de espaço no meio acadêmico. Afinal, esse é o primeiro de dez cursos de graduação em Arquivologia que passariam a existir no País. Entre 1977 e 2006, foram criados, no Brasil, mais nove cursos de Arquivologia, distribuídos nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, nas seguintes universidades: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Embora na década de 1980 não tenha sido criado nenhum outro curso, esse período pode ser considerado um marco para a área. No bojo do processo de redemocratização do País (Constituição Federal de 1988), há um movimento silencioso que culmina na promulgação da Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991 – a Lei de Arquivos²⁵ – o que, de certa forma, pode ter impulsionado a criação de cinco Cursos de Arquivologia na década de 1990. Não seria exagero afirmar que a Lei de Arquivos marca e tem papel fundamental na formação da identidade da Arquivística no País, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos.

A análise dos documentos do Fundo AN nos leva a concordar com Raul Lima²⁶ (apud ARQUIVO NACIONAL, 1970b, p. 20) e com a questão central da pesquisa de Fonseca (2004, p. 15). A formação e a auto-afirmação da Arquivística como disciplina no Brasil parecem ter sido conseqüências diretas e imediatas da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos do País. Podemos observar, portanto, a relevância da atuação do AN nessa trajetória, com a promoção de cursos técnicos, que contribuíram para a criação do CPA e, conseqüentemente, dos demais cursos de graduação da área. Essa atuação do AN dá um viés histórico à trajetória da Arquivística no Brasil. A partir dos documentos pesquisados, observamos uma convergência de esforços (do Estado, das associações e das instituições) para levar a Arquivística para a Universidade. Evidentemente, como efetuamos um recorte no universo da pesquisa, é bem possível que haja

²⁵ Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/legisla/lei8159.htm>>. Acesso em 18 jan. 2007.

²⁶ Diretor do Arquivo Nacional no início da década de 1970.

epistemológico extradisciplinar, podemos realmente considerar que os vínculos institucionais da Arquivística na universidade e a formação do quadro docente dos seus cursos de graduação são aspectos que demonstram as dimensões das suas relações com outras disciplinas, influenciando na sua produção científica e abrindo caminho para a afirmação de sua identidade como disciplina científica. Em síntese, observamos que o percurso da disciplina Arquivística no Brasil, até sua inserção na Pós-graduação *stricto sensu*, parece seguir, em grandes linhas, o modelo internacional, guardando, é claro, certas particularidades. De uma atividade eminentemente prática, passando por um movimento associativo, sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como uma subárea da Ciência da Informação, a disciplina faz-se reconhecer também na pesquisa científica. Nessa perspectiva, entendemos que a autonomia da Arquivística não é definida por limites fechados, mas por fronteiras entreabertas. Afinal, essa auto-afirmação ainda se encontra em formação e os diálogos dessa disciplina com outras não colocam em risco a sua identidade: ao contrário, subsidiam-na. Parece-nos que o campo disciplinar e o extradisciplinar são dois lados de uma mesma moeda, ou seja, do seu *campo científico*.

O fato de a Arquivística ter um viés prático tem contribuído para a expansão dos cursos de graduação da área, pois há uma perspectiva promissora em relação ao mundo do trabalho. Por outro lado, a inserção desses cursos em universidades públicas tem favorecido uma “cultura de pesquisa”, uma vez que os docentes dessas universidades têm, em geral, um compromisso com a investigação científica. A formação da disciplina no Brasil está, portanto, em transformação, processo que Thomas Kuhn (2005) chamaria de “mudança científica”, de uma área eminentemente técnica/prática, para uma disciplina que tem conquistado seus espaços científicos, por meio dos seus diálogos.

5 Referências

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. In: **Arquivo & Administração**, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: **ORTIZ**, Renato. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

CALDEIRA, Cristina Cleide. Conservação preventiva: histórico. In: **História e-história**, 2006. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=34>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. **O Arquivo Público do Distrito Federal: contextos, concepções e práticas informacionais na trajetória de uma instituição arquivística.** 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo.** Brasília: FINATEC, 1999.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos: uma questão de ordem.** Niterói: Muiriquitã, 1994.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares.** 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil.** 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MENDES, Eliane Manhães. **Tendências para a harmonização de programas de ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil: um estudo DELFOS.** 1992. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

6.2 Fontes primárias

ABRANTES, Nicolau. Arquivos: sua importância para o progresso brasileiro – Contribuição do Arquivo Nacional para a formação de recursos humanos. In: ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 11, Rio de Janeiro, nov./1976.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano I, v. 3, Rio de Janeiro, mar/1970a.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano I, v. 5, Rio de Janeiro, maio/1970b.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano IV, v. 10, Rio de Janeiro, out/1973.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano V, v. 11, Rio de Janeiro, nov/1974a.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano V, v. 2, Rio de Janeiro, fev/1974b.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano V, v. 3, Rio de Janeiro, mar/1974c.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano V, v. 7, Rio de Janeiro, jul/1974d.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VI, v. 3, Rio de Janeiro, mar/1975.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 1, Rio de Janeiro, jan/1976a.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 2, Rio de Janeiro, fev/1976b.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VII, v. 5, Rio de Janeiro, maio/1976c.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VIII, v. 2, Rio de Janeiro, fev/1977a.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VIII, v. 5, Rio de Janeiro, maio/1977b.

_____. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano VIII, v. 6, Rio de Janeiro, jul/1977c.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, v. 2, n. 2, Rio de Janeiro, dez. 1974.

_____. **Arquivo & Administração**, v. 3, n. 1, Rio de Janeiro, ago. 1975.

_____. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 3, Rio de Janeiro, set./dez. 1979a.

_____. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, jan./abr. 1979b.

BRANCHE, Henri Boullier de. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Áreas do conhecimento**: classificação. Brasília: SEPLAN/CNPq, 1984.

MACHADO, Helena Corrêa. Arquivologistas, bibliotecários e museólogos de mãos dadas. In: **Arquivo & Administração**, v. 3, n. 2, ago./1975, p. 26-27.